

II Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra

PÁGS. 8 e 11

30 anos

de fidelidade ao Deus dos pobres, a serviço dos povos da terra

VEJAM AINDA:

*As conquistas da
Marcha pela Reforma
Agrária*

PÁG. 12 E 13

*Dom Leonardo
assume Prelazia de
São Felix do Araguaia*

PÁG. 14

*Irmã Dorothy Stang:
últimas informações sobre
a apuração do crime*

PÁG. 15

EDITORIAL

A voz dos trabalhadores

Este ano, a Comissão Pastoral da Terra está completando seu trigésimo aniversário. São 30 anos dedicados aos povos da terra e das águas, para que eles sejam os protagonistas na luta pela terra. Ao mesmo tempo, a CPT estará realizando o seu II Congresso Nacional. A Diocese de Goiás abriu suas portas e acolherá os mil participantes, entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, agentes da CPT, convidados e assessores.

O Congresso é algo novo na CPT, criado durante a sua XII Assembléia Geral, em 1999, quando foram reformulados os Estatutos Sociais. O congresso deve ser realizado, no mínimo a cada 4 anos. A ele cabe a definição das grandes linhas de ação, a indicação dos rumos da Pastoral da Terra. O lema para este II Congresso é *Fidelidade ao Deus dos pobres, a serviço dos povos da terra*.

No dia 17 de maio, mais de 12 mil trabalhadores rurais, mostrando a importância de seu protagonismo, chegaram a Brasília, para o último ato político da Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Eles saíram de Goiânia no dia 2 de maio. Foram mais de 230 quilômetros percorridos. O Pastoral da Terra traz nesta edição, depoimentos dos agentes da CPT que participaram desta caminhada. A CPT foi uma das promotoras da Marcha.

A impunidade não pode prevalecer, a Justiça precisa ser feita. Este é o pedido da CPT e várias outras entidades para o julgamento dos acusados pelo assassinato de Irmã Dorothy Stang, ocorrido em fevereiro deste ano. O processo entra agora em sua fase final. Neste número, você conhecerá os detalhes da apuração do crime na matéria escrita por José Batista, um dos coordenadores nacionais da CPT e advogado.

Mais uma edição do Pastoral da Terra chega até suas mãos. Esperamos que aproveite e boa leitura!

Da redação

PUBLICAÇÕES

Religião, Gênero e Sexualidade

O lugar da Mulher na Família Camponesa.

Foi lançado em abril o livro de Carolina Teles Lemos, *RELIGIÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE – O lugar da mulher na família camponesa*. Carolina é professora do curso de Mestrado em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Goiás (UCG), e atua como assessora de formação da CPT. Durante muitos anos foi agente da CPT no Paraná. O livro é uma co-edição da Editora da UCG e da CPT.

Carolina, nas suas atividades acadêmicas, trabalha muito as relações de gênero e sua pesquisa para a Tese de Doutorado também se deu em torno a este tema. Esta publicação recupera sua tese. O livro ressalta que os estudos sobre gênero nasceram no espaço urbano que é marcado pela concepção de indivíduo e há dificuldade de ser compreendido e aceito no meio rural, onde a cultura é marcada pela família como centro.

A autora aprofunda os conceitos de religião, catolicismo popular, religiosidade popular e analisa os valores e os conflitos desta religiosidade no meio rural. Detém-se, demoradamente, para analisar como a religião faz parte da constituição e manutenção da família e da sexualidade, e como influi nas relações de gênero. Um capítulo, o sexto, é dedicado a entender como as mulheres rurais vêem a maternidade e como o conceito de maternidade é repassada para a terra, quando a terra também é vista como mãe e sagrada. Carolina faz uma incursão sobre o campo da Ecologia, onde a tradição da maternidade pode ser (re)inventada. Na medida em que “as reflexões e os projetos sobre ecologia avancem significativamente poderá ocorrer a reconstrução da concepção de maternidade e com ela a reconstrução de novas relações de gênero”.

Carolina mostra também como o discurso religioso sobre a sexualidade é aceito pelas mulheres, mas a prática não se coaduna com o mesmo. Elas conseguem legitimidade para seu comportamento no interior da religião popular. A presente publicação é uma preciosa contribuição para a reflexão da CPT, ao completar seus 30 anos de existência.



Uma publicação da Comissão Pastoral da Terra
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,
1º andar, Centro. Goiânia, Goiás. CEP 74030-090
Fone: (62) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
e-mail: cptcom@cultura.com.br

Jornalista responsável:
Maristela Vitória (Reg. Prof. 98004/197- GO)
Diagramação: Carla de Abreu (62) 223.0566
Impressão: Gráfica Visual (62) 255-1919

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo à linha 6 da CNBB, filiado à The Right Livelihood e à Pax Christi International.

Tem como objetivos:

I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos povos da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.

II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.

III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

REDE DE COMUNICADORES DA CPT

Ana Maria Gallazzi, Pe. Flávio Lazzarin, Hamilton Reis, Jefferson Carneiro da Silva, Jelson de Oliveira, Vanduir Matias Deters, Juvenal José da Rocha, Luiz Antônio Pasinato, Marilene Aparecida Ferreira, Marcos Lemke, Marcionília Filgueira, Maria Alves Lima, Maria da Conceição, Maria dos Anjos Rodrigues Sousa, Roberto Malvezzi, Valdevino Santiago.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116841-X, agência 1610-1. Informações canutocpt@cultura.com.br



JUÍZA CONTRARIA VONTADE DE PROMOTOR E LIBERTA TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ

A juíza de Paraupabas, em uma decisão corajosa, libertou 21 trabalhadores rurais que foram presos durante despejo de 150 famílias, realizado no dia 13 de abril, na fazenda Rio Verde, em Curionópolis. No dia 25 de abril, a juíza despachou o processo para que o promotor Júlio César Costa, da comarca de Curionópolis, desse seu parecer.

O promotor, até o dia 3 de maio, não tinha devolvido o processo para a juíza. Quando chegou até ela, no dia 4, ele estava sem parecer em relação ao pedido de liberdade protocolado pelos advogados da CPT e da FETAGRI. Então a juíza concedeu a liberdade para os presos.

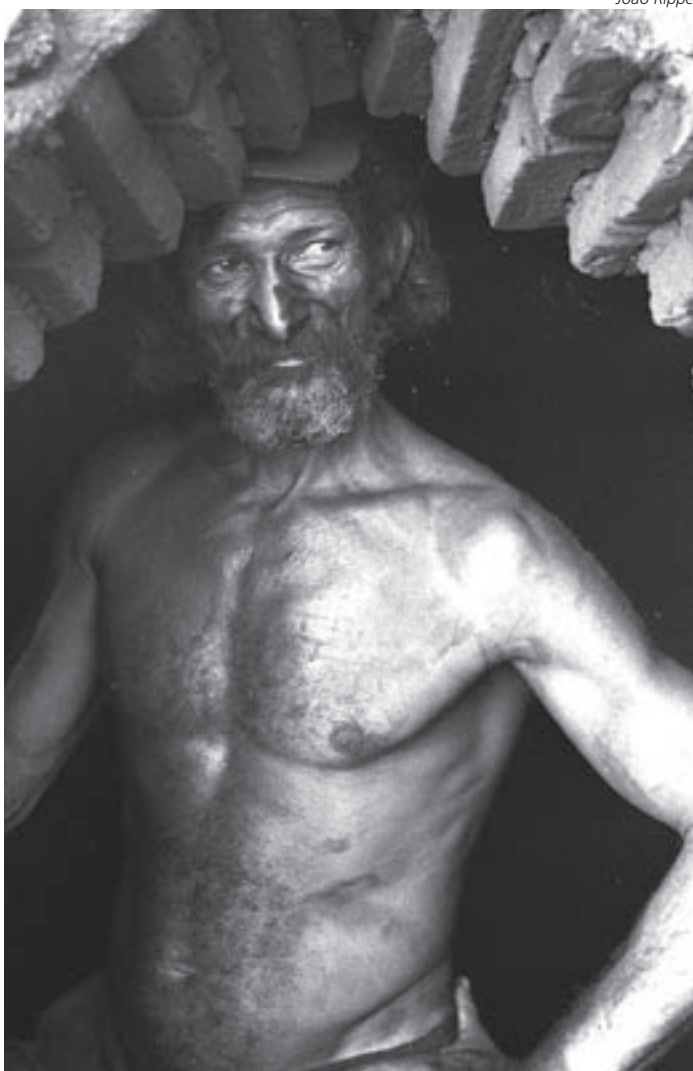
ENTIDADES REPUDIAM EIA/RIMA DA TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

56 entidades, entre elas a CPT, divulgaram, no dia 7 maio, moção de repúdio à aprovação do EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental –, para o Projeto de Integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Segundo as organizações, o projeto, desde o início, vem sendo imposto pelo Governo Federal, chegando ao ponto de desrespeitar o Comitê de Bacia, o qual possui representantes da sociedade civil.

Com a aprovação do EIA/RIMA, por parte do IBAMA, o processo de licitação da obra já começou. O Ministério da Integração publicou no Diário Oficial da União, no

dia 10 de maio, o aviso de licitação para a primeira etapa da obra. Segundo o aviso, o edital e seus anexos poderiam ser retirados pelas empresas interessadas a partir do dia 13 de maio.

A licença ambiental possui diversas irregularidades, como o não cumprimento das exigências da realização de audiências públicas e a revitalização do Rio. Por força de liminares, as nove audiências marcadas pelo IBAMA para 2004 não foram realizadas. Depois de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), elas foram remarcadas e deveriam acontecer em oito cidades. As quatro primeiras foram realizadas, mas as demais não aconteceram.



João Ripper

OIT LANÇA RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE TRABALHO ESCRAVO

Martinho - CPT Bahia



A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, no dia 11 de maio, em Brasília, o relatório “Uma Aliança Global contra o Trabalho Escravo”. Segundo o estudo, a exploração do trabalho forçado gera anualmente lucros de US\$ 31,6 bilhões em todo o mundo. No total, 12,3 milhões de pessoas são vítimas dessa atividade ilegal, sendo que entre 40% e 50% são crianças. De acordo com a OIT, o conceito de trabalho forçado engloba a exploração de mão-de-obra escrava.

Um dos coordenadores da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT, frei Xavier Plassat, participou do evento. O fato deste primeiro relatório da OIT ter sido lançado no Brasil, de acordo com frei Xavier, é significativo e revela o interesse internacional no combate efetivo desta chaga no Brasil.

Segundo a coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT no Brasil, Patrícia Audi, o que mais chama a atenção no combate ao trabalho escravo no país é a impunidade, que ainda é regra entre os empregadores, e a reincidência. Há registros de pessoas que foram resgatadas em uma região e encontradas, meses depois, na mesma situação em outras fazendas. O desemprego leva o trabalhador a ser aliciado novamente.

ARCEBISPO DE MARIANA É HOMENAGEADO NO CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional prestou homenagem ao arcebispo de Mariana, Minas Gerais, Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, pelos serviços prestados à Igreja e ao povo brasileiro, nos quase trinta anos de vida episcopal. A homenagem aconteceu no dia 17 de maio, em sessão solene no Congresso Nacional. Às 18 horas, foi realizada uma missa festiva, na Capela da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Dom Tomás Balduino, presidente da CPT, esteve presente na homenagem no Congresso Nacional.

Dom Luciano, à época em que era secretário da CNBB garantiu a vinculação orgânica da CPT à CNBB enquanto uma Pastoral Social comprometida com a causa dos trabalhadores rurais.

CIMI PROCESSA JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) está processando o jornal O Estado de S. Paulo pela publicação da matéria “ONGs são fachadas para países ricos, diz relatório”, na qual diz que o CIMI “teria recebido, entre 1992 e 1994, US\$ 85 milhões da Fundação Nacional para a Democracia, dos Estados Unidos, mantida pelo governo e dirigida pelo Congresso americano.” Além do jornal, o CIMI ainda tomará as providências cabíveis judicialmente contra a União, por inverdades que, segundo o jornal, constam no relatório da Abin (Agência Brasileira de Informação).

FEIRA DE PRODUTOS ALTERNATIVOS – RIO DE JANEIRO

Solidariedade e saúde

JUVENAL ROCHA

Alimentos saudáveis, produzidos por pequenos produtores comprometidos com a preservação do meio ambiente, e consumidos por uma rede de amigos da reforma agrária. Este é o resultado de uma pequena experiência, iniciada em 2001, pela CPT de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, com um grupo de produtores do Assentamento Zumbi dos Palmares.

O primeiro passo foi a conscientização. No grupo de agricultores e agricultoras se discutiu sobre o perigo de se usar agrotóxicos na agricultura. Eles, então, começaram a levantar as marcas utilizadas pela comunidade e como elas eram manuseadas. Cada marca foi estudada e os pequenos produtores falaram o que os motivou a utilizá-las.

A partir daí foi proposta uma visita a uma comunidade no Espírito Santo, onde as famílias não mais

Carlos Grevi



utilizavam veneno em suas plantações. A visita deu frutos e um grupo de 25 famílias decidiram produzir sem agrotóxico. Com o apoio da UENF (Universidade Norte Fluminense), a CPT aprofundou as discussões e o grupo

começou a vender seus produtos para pessoas interessadas em consumir alimentos saudáveis e apoiar a reforma agrária. Em 2004, com essa relação produtor e consumidor já firmada, nasceu a Rede de Produtores e Consumidores do Norte Fluminense.

Os produtores e produtoras foram se sentindo fortalecidos após inúmeras reuniões, onde se discutiam vários assuntos, entre eles estava o sonho de montar uma feira para comercializar seus produtos. O sonho virou realidade no dia 29 de abril deste ano, com a realização da Feira de Produtos Alternativos, em Campos dos Goytacazes, RJ. Com a participação de 25 famílias, pertencentes a três assentamentos – Zumbi dos Palmares, Che Guevara e Antônio de Farias – foram comercializados 19 tipos diferentes de alimentos sem o uso de agrotóxico.

Além da saúde, na iniciativa dos agricultores há a preocupação com o meio ambiente. Na medida em que se relacionam com o ambiente de forma ecologicamente correta, estão preservando a vida da terra e na terra, a vida dos rios e nos rios. “Com essa prática, com certeza, garantimos a nossa vida e a vida das nossas crianças e jovens que estão chegando”, destaca o grupo.

Apoio

A Feira de Produtos Alternativos conta com o apoio do Grupo de Consumidores e Consumidoras Amigos da Reforma Agrária da cidade: são professores, estudantes, funcionários públicos, que além de consumir os produtos, são divulgadores da idéia. Ainda dão suporte à feira o Programa Cidadania no Campo, parceria CPT/UENF, que garante a presença de dois técnicos que acompanham diariamente os feirantes na sua produção.

A iniciativa se ampliou e a CPT, com o intuito de discutir e criar alternativas para garantir a produção sem agrotóxicos, criou na região a Escolinha Agroecológica, que uma vez por mês reúne todos os feirantes para discutir, socializar, experiências e estudar técnicas novas para também serem aplicadas na produção. No momento, a Escolinha está oferecendo aos participantes um conteúdo sobre homeopatia aplicada à agropecuária em parceria com Universidade Federal de Viçosa.

Carlos Grevi



Sementes e camponeses: uma relação milenar

EVANIR JOSÉ ALBARELLO, MAGALI DE ROSSI E MAURÍCIO QUEIROZ

A agricultura, segundo dados históricos, surge com o objetivo de produzir alimentos, há mais de 12 mil anos, já que a coleta na floresta começava a escassear e a população aos poucos aumentava. Por isso, a arte de plantar tornou-se necessária para garantir a sobrevivência. Foi aí que entraram em cena dois atores fundamentais: os camponeses e as sementes.

O conhecimento de observar as plantas e plantar as sementes foi iniciado pelas mulheres. A mulher tinha o papel de alimentar a família e o seu grupo social, a partir daquilo que ela conseguia retirar da terra. E, ainda hoje, a mulher é, quase sempre, quem mantém viva a biodiversidade. Ela faz a troca de sementes entre as famílias e comunidades. É ela quem reforça a mística da solidariedade e perpetuação das espécies.

Sementes crioulas

A CPT Rio Grande do Sul, juntamente com algumas comunidades de camponeses e camponesas, vem desenvolvendo um trabalho de recuperação e resgate das sementes crioulas, procurando preservar a biodiversidade, para que ela esteja a serviço dos povos e não das empresas multinacionais. A iniciativa começou em 1985, em uma propriedade rural de 70 hectares, no município de Ipê, destinada a ser um centro de produção. O objetivo foi demonstrar técnica e economicamente a viabilidade social de um novo sistema de produção, baseado na utilização racional e adequada dos recursos do ecossistema.

A experiência deu origem ao Centro de Agricultura Ecológica (CAE Ipê), o qual passou a ser referência na assessoria e demonstração de práticas agroecológicas junto aos pequenos agricultores de Ipê e Antônio Prado. A resposta foi tão positiva que, em 1989, começaram a ser criadas associações, entre elas estão: a Associação dos Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado e a Associação dos Agricultores Ecológicos da Vila Segredo.

Fotos: CPT Rio Grande do Sul



"E Deus disse: Vejam! Eu entrego a vocês todas as ervas que produzam sementes e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há fruto e que dão sementes e tudo isto será alimento para vocês."

Gêneses 1, 29.



A CPT, em 2004, organizou um mostruário de sementes que fica em sua sede. São sementes coletadas junto aos agricultores e mantidas em recipientes de vidro. Também foram criados cinco bancos de sementes no Estado. Com todas estas iniciativas, a Pastoral da Terra procura recuperar a

diversidade, os valores e costumes das famílias e suas comunidades.

Com as sementes crioulas há uma mudança de consciência e de relações. O agricultor e sua família mudam as relações entre si, com a comunidade, com o mercado, o meio ambiente e com a divindade.

Sementes crioulas também significam mudança de modelo de produção, do agroquímico para o agroecológico, pois elas não combinam com venenos e com adubos químicos. O camponês recupera a diversidade de sementes, ao mesmo tempo em que melhora a alimentação e a saúde. Neste processo, há também o resgate de plantas medicinais, dos chás, das festas populares e da observação do conhecimento milenar para realizar o plantio e a seleção das sementes como: mês de plantio, fases da lua e demais fenômenos que acontecem na natureza. Por isso, quando um camponês se aproxima de uma semente que seus antepassados cultivavam, ele automaticamente vê na semente, a história de sua família e de seu povo.

Transgênicos

O que vemos hoje é um pequeno grupo de grandes empresas que atuam no mundo inteiro na tentativa de um controle absoluto sobre estas sementes e sobre a agricultura. Um verdadeiro crime contra a humanidade e a todas as formas de vida do planeta. Primeiro as sementes híbridas e todo o seu pacote químico tomaram o lugar das sementes crioulas. Depois, no período de 50 anos, assistimos ao desaparecimento gradativo das sementes nativas.

A partir dos anos 90, uma nova e eficiente tecnologia de controle das sementes entra em cena, as sementes transgênicas, lideradas pela multinacional Monsanto. Sementes preparadas em laboratório com várias características entre elas a resistência ao secante (glifosato – Roundup) e a mais recente tecnologia "Terminator", as famosas sementes estéreis, exterminadoras ou suicidas, privando os agricultores do direito natural e milenar de guardar as sementes para o próximo ano, pois elas não germinam. Sem falar na cobrança (royalties) pelo uso desta tecnologia.

● Os três são agentes da CPT Rio Grande do Sul

RECEITAS MEDICINAIS

XAROPE DE CASCA DE ANGICO

Ingredientes:

300 gramas de casca de angico vermelho (Parte vermelha)

3 litros de água

1 quilo de açúcar mascavo

Como fazer:

Deixar a casca de angico de molho na água por doze horas. Depois ferver em panela de ferro ou barro por quinze minutos. Coar, acrescentar o açúcar e deixar ferver por mais 20 minutos.

Indicações:

Problemas pulmonares, asma, bronquite, gripes, resfriados, leucemia, calmante, reumatismo. É fortificante e ajuda na prevenção de câncer.

Como tomar:

Adultos: 1 colher de sopa de hora em hora. Depois de seis horas, passar a tomar de três em três horas por um dia, e depois três vezes ao dia, até terminar a receita.

Crianças: Meia colher de sopa.

Receita para ANEMIA E LEUCEMIA:**Ingredientes**

Um punhado de buva (200g)

1 litro de vinho tinto seco e puro

1 quilo de açúcar mascavo.

Modo de fazer

Ferver por 15 minutos em panela de ferro ou barro a buva e o vinho. Logo após, coar e acrescentar o açúcar. Deixar ferver por mais 20 minutos.

Modo de usar

Adultos: Uma colher de sopa de hora em hora nas primeiras 6 horas, no próximo dia, de três em três horas, e a partir do segundo dia, três vezes ao dia até terminar a receita.

Crianças: Meia colher de sopa.

Estas receitas populares foram repassadas sem autores, portanto os mesmos são desconhecidos.

Receita enviada por Frei Laudino Bertoldo
CPT Rio Grande do Sul

DICA DE SAÚDE

“Eu vim para que todos tenham vida e tenham plenamente” (Jô. 10,10)

Diante de uma sociedade consumista e capitalista é difícil perceber um real interesse em prevenir a saúde ou curar a doença se não houver retorno financeiro. Daí as consultas e os tratamentos químicos deixando várias seqüelas ou tornando as pessoas dependentes destas drogas.

O grande médico grego Hipocrates dizia: “que teu alimento seja o teu remédio, e que teu remédio seja teu alimento.” Ou seja, a maioria das doenças entra pela boca. Daí a importância de saber se alimentar. Evite alimentos tratados com venenos, com hormônios, modificados geneticamente, enlatados, requentados, refinados...

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2004

Cresce a violência contra os trabalhadores

ANTÔNIO CANUTO

No dia 19 de abril, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi lançada a edição de *Conflitos no Campo Brasil 2004*. Com esta, completam-se 20 anos de publicação ininterrupta dos registros dos conflitos que envolvem os trabalhadores e trabalhadoras do campo em nosso país. Um trabalho que a Comissão Pastoral da Terra presta à causa dos camponeses, em sua luta por cidadania e dignidade.

A capa e contra-capas da edição destacaram a figura de Irmã Dorothy Stang, agente da CPT desde os primeiros anos, cujo assassinato, em fevereiro deste ano, comoveu a nação. A publicação foi dedicada aos funcionários do Ministério do Trabalho, assassinados em Unai, e aos cinco sem-terra, massacrados em Felisburgo, Minas Gerais.

O maior número em 20 anos

A leitura atenta dos dados de 2004 deixa claro que a violência contra os trabalhadores está longe de terminar, antes cresce. Em 2004 foram 1801 conflitos, o maior número dos 20 anos da publicação. Estes envolveram 1.083.232 pessoas. Um em cada 29,4 dos habitantes da zona rural brasileira esteve envolvido em conflitos rurais, nos alerta o professor Carlos Walter.

Esse ano, o número de famílias despejadas também foi o maior – 37.220 famílias atingidas pelas ações de reintegração de posse, emitidas pelo poder Judiciário. De cada 5,8 pessoas envolvidas em conflitos, uma foi atingida por um mandado judicial de reintegração de posse. O número de trabalhadores presos, 421, cresceu 10,8% a mais em relação a 2003.

Por outro lado, em 2004, também o número de manifestações feitas pelos trabalhadores do campo ou ligadas a situações do campo foi o maior desde que este registro começou a ser efetuado em 1998. Foram 712 manifestações, das quais participaram mais de meio milhão de pessoas, 501.428, 49,3% a mais do que em 2003.

Em 2004, cresceu o número de famílias expulsas do campo pelo po-

der privado dos latifundiários e seus apoiadores. Foram expulsas 3.063 famílias, 5,4% a mais que em 2003.

De outra parte, houve um recuo significativo quanto ao número de assassinatos de trabalhadores. Foram assassinados 39 trabalhadores, contra 73 em 2003. As outras formas de violência e a ação clara do Judiciário são os instrumentos empregados para conter o avanço dos trabalhadores na busca de seus direitos.

A exploração do trabalho escravo continuou. Foram denunciadas 236 situações em que estiveram envolvidas 6.075 pessoas, submetidas a condições análogas à escravidão. 3.221 trabalhadores foram libertados pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

Muitos outros trabalhadores foram superexplorados. Há o registro de 92 ocorrências de superexploração que atingiram 3.870 trabalhadores. Outros 332 foram desrespeitados gravemente em seus direitos.

O texto de Carlos Walter, *Geografia da Violência*, mostra que a violência é maior nas áreas onde o agronegócio cresce e se desenvolve, sobretudo no Centro-Oeste, apesar de os números absolutos apontarem o Pará como campeão.

Crescem os conflitos pela água

Outro dado importante refere-se aos conflitos pela água. Em 2004, foram registrados 60 conflitos contra 20 em 2003, e 8 em 2002, ano em que se começou a fazer os registros destes



Ameaçados de morte presentes no lançamento, em Brasília

Fotos: Maristela Vitória



Dom Tomás, presidente da CPT, fala sobre os conflitos

conflitos. Eles acontecem sobretudo onde se dá a construção de barragens. Mas acontecem em várias outras situações.

Como é um registro recente, este crescimento reflete o olhar mais atento a esta realidade do que somente a um aumento de conflitos. O registro mostra apenas pequena parte da realidade, a que é noticiada, a que chega ao conhecimento da opinião pública e de alguns agentes de pastoral. A realidade é muito mais grave e os números são muito maiores do que os que são registrados. Um texto analisa como as barragens criam uma nova forma de exclusão social.

Novas reflexões

A edição de *Conflitos no Campo Brasil* traz algumas reflexões muito importantes sobre os números registrados. Em primeiro lugar há uma leitura sobre a violência sofrida pelas mulheres, sobretudo as ameaçadas de morte. Mostra a vida que pulsa por trás da frieza dos números. A realidade do trabalho escravo é mostrada num belo tex-

to de Leonardo Sakamoto, “*Os compadres da Casa Grande*” que expõe a economia da escravidão com muitos interesses em jogo, e que por isto se procura jogar para debaixo do tapete as mazelas deste tipo de exploração que conta com apoio político forte e expressivo.

Também há um texto que analisa a violência em territórios indígenas; outro que mostra a situação dos trabalhadores rurais da região do Submédio São Francisco, no polígono da maconha. Há uma reflexão sobre como a tentativa de autoridades de se mostrarem abertas ao diálogo e próximas dos movimentos do campo, usando seus símbolos (bonés), têm provocado críticas violentas a este comportamento nos órgãos de opinião pública e nos meios políticos.

A edição de 2004 abre espaço para o intercâmbio de experiências com outras pastorais da terra. Dois textos falam do trabalho desenvolvido pela Pastoral de la Tierra Interdiocesana da Guatemala, que também começa a se preocupar com o registro dos conflitos e em montar um banco de dados.

II CONGRESSO NACIONAL DA CPT – CIDADE DE GOIÁS

30 anos de fidelidade ao Deus dos pobres a serviço dos povos da terra

MARISTELA VITÓRIA

A Diocese de Goiás, em uma atitude acolhedora, se abriu para ser a anfitriã do II Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, que será realizado do dia 14 a 18 de junho. “Queremos juntos partilhar nossas experiências, compreender o grave momento do Brasil e do mundo, celebrar nossas vitórias, lembrar nossos mártires e reencontrar Jesus, para nos animar no Caminho, nossos sonhos confirmados, alentadores de novas e mais fortes lutas. Desde já estamos felizes de poder acolher a todos e todas”, diz a carta-convite da Diocese.

O II Congresso será tudo isto e muito mais. Serão mil pessoas discutindo temas sobre água, terra e direitos. A abertura será realizada no dia 14, com uma grande celebração, na qual serão lembrados os 30 anos da CPT. São 30 anos de Fide-

José Marcó



José Marcó



I Congresso da CPT, em Bom Jesus da Lapa, em 2001

lidade ao Deus dos pobres a serviço dos povos da terra. No final da noite, a vida de padre Josimo será lembrada pelo grupo de teatro do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, Maranhão, através da peça *Josimos das águas, da terra de lá...*

As manhãs serão abertas com celebrações, organizadas pelas seis grandes regiões: Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Noroeste, Sul e Norte. No dia 15, a plenária do Congresso começará sob o testemunho de Luís Ório, que foi agente da CPT e faleceu em um acidente de carro em 2002.

Serão discutidas as conjunturas mundial e nacional, com a assessoria do sociólogo Emir Sader e o monge beneditino Marcelo Barros. Na parte da tarde serão apresentadas 20 experiências desenvolvidas pela CPT dentro da temática terra.

No dia 16, a testemunha da plenária será Irmã Lila Assis, que era da Congregação Beneficência Popular. Ela foi uma das fundadoras da CPT Minas Gerais e faleceu em 2001, vítima de câncer. Haverá um relato das sínteses das experiências apresentadas no dia anterior e provocações serão feitas por Ariovaldo Umbeli-

José Marcó



no, professor da Universidade de São Paulo e geógrafo, e Elder Andrade de Paula, professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Acre (UFAC). À tarde, haverá a exposição das experiências realizadas pela CPT dentro da temática água.

Na quinta-feira (17), a grande plenária terá como testemunha Frei Arthur Agostini, que foi coordenador da CPT Rondônia e faleceu em 2001, após sofrer um acidente de carro. Depois da celebração e das sínteses das experiências, serão feitas provocações sobre a temática água por João Abner, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Cristiane Letícia Nadaletti, da direção do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), e professor Elder Andrade, da Universidade do Acre. Na parte da tarde, serão apresentadas as experiências na área dos direitos.

No último dia do Congresso (18), a testemunha da grande plenária será Dom Pedro Casaldáliga, que foi essencial para a criação da CPT e este ano deixou a Prelazia de São Félix do Araguaia. Depois do relato das experiências, as provocações serão feitas pelo advogado Elmano Freitas e Jean Pierre Leroy, coordenador do Programa Brasil Sustentável e Democrático da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Na parte da tarde será realizada a última plenária, quando será apreciado o documento final do II Congresso. Ainda no dia 18, às 17 horas, haverá a celebração final e a abertura da Festa da Colheita, realizada pela Diocese de Goiás.

FESTA DA COLHEITA

Uma pequena história de celebração da vida e do trabalho no campo

A Festa da Colheita é um evento da Diocese de Goiás, criado para gerar um ambiente de confraternização entre os trabalhadores rurais, pequenos agricultores e suas famílias. O encerramento do II Congresso Nacional da CPT se dará no dia 18 de junho, na praça do Chafariz, com a Segunda Festa da Colheita. Uma grande caminhada pela cidade conduzirá os participantes até o local.

Sendo realizada no final do Congresso, a Festa da Colheita permitirá que haja uma autêntica comunhão entre trabalhadores rurais, cidadãos da região e delegados do Congresso. É uma forma de envolver os agricultores neste momento maior da Comissão Pastoral da Terra.

A Diocese de Goiás realizou todo um trabalho de mobilização, onde os agricultores foram incentivados a participar da Festa. Cartazes, cartilhas, camisetas e outros materiais que tratam da Festa da Colheita foram produzidos e distribuídos.

Quatro mil pessoas

Em 2004, a primeira Festa da Colheita, realizada na Cidade de Goiás, envolveu três municípios e teve a participação de mil pessoas. Para esta segunda Festa, a expectativa é reunir quatro mil pessoas, porque houve o envolvimento de um número maior de municípios e, também, será o final do Congresso da CPT.

Os agricultores e suas famílias trarão, como no ano passado, um pouco daquilo que produzem para que sejam

feitas doações. Rapadura, mandioca, maracujá, arroz, feijão, tudo isso será distribuído pelos pequenos produtores rurais que participarão da caminhada e da Festa da Colheita.

Junto com as caravanas, os trabalhadores rurais e as comunidades trarão quitandas, que serão distribuídas em grande partilha durante a celebração religiosa. Bolos, pães de queijo, roscas, dentre outros quitutes, serão distribuídos aos congressistas, à comunidade e a todos os demais presentes, num gesto de comunhão e fraternidade. É a celebração da alegria, da vida e do trabalho humilde e abençoado por Deus.

CPT Diocese de Goiás

Maristela Vitória



Cidade de Goiás, onde será realizado o II Congresso e a Festa da Colheita

II CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Definindo as linhas de ação, apontando os rumos

ANTÔNIO CANUTO

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) está se preparando para a realização do seu II Congresso Nacional, que acontecerá na Cidade de Goiás, antiga capital do Estado e palco da exploração de índios e negros na furiosa busca de ouro pelos “Bandeirantes”. Este será um momento marcante para a CPT, neste ano em que comemora seus 30 anos de existência. Espera-se a participação de mil pessoas.

O Congresso é algo novo na CPT. Durante a sua XII Assembléia Geral, em 1999, quando foram reformulados os Estatutos Sociais, uma das inovações aprovadas foi a realização de congressos, no mínimo a cada quatro anos. Ao congresso cabe a definição das grandes linhas de ação, a indicação dos rumos da CPT.

Até esta data, as assembléias nacionais constituíam o espaço onde a vida e a atuação da CPT eram discutidas, debatidas e definidas. Realizavam-se a cada dois anos. A participação, porém, era restrita a cinco pessoas de cada regional. A opção pela realização de congressos respondeu a um anseio e necessidade de participação de um número mais significativo de pessoas, sobretudo de trabalhadores rurais.

Primeiro Congresso

O I Congresso foi realizado em Bom Jesus da Lapa, Bahia, de 28 de maio a 1º de junho de 2001. As grandes grutas do santuário feito pela natureza, serviram de cenário para a realização deste grande acontecimento. O Congresso cumpriu o papel para o qual tinha sido pensado. Serviu

para revitalizar a CPT. Foi avaliado por muitos como “um renascimento”, “uma refundação”, “um novo Pentecostes”.

A Lapa foi escolhida por ser um lugar de grande significado. Situava-se num dos estados nordestinos onde se concentra a maior proporção de trabalhadores do campo do país. Quarenta e seis por cento de sua população vive no campo. Foi para lá que em 1977, um grupo de 120 lavradores de diversos municípios do Estado da Bahia se dirigiram buscando energias para resistir à crescente grilagem de suas terras. A primeira semente do que se tornou posteriormente, a cada ano, a Missão da Terra e depois as Romarias da Terra.

Os trabalhadores

O congresso é um evento de massa. Nele a palavra dos trabalhadores tem a prioridade. Ficou estabelecido que a maior parte dos participantes deve ser de trabalhadores. Eles é que devem dar o tom do Congresso. Eles é que vão dizer quais são suas necessidades mais urgentes. Pois é a eles que a CPT deve servir.

No I Congresso, a presença dos camponeses foi fundamental e decisiva. Na avaliação de muitos, foram eles que salvaram o Congresso. Segundo escreveu Ruben Siqueira, da CPT Bahia: “a primeira experiência marcante do Congresso, foi que em geral os trabalhadores e trabalhadoras estavam muito mais animados que os agentes. No Santuário, nas grutas da Lapa, sentiram-se em casa, farejaram que aquele lugar era deles

e abriram o verbo, deram o recado à CPT. Mostraram-se mais dispostos e decididos, menos afetados pelas adversidades conjunturais. Cobraram uma CPT mais presente e solidária, mais de luta e menos burocrática, menos de gabinetes e salários... Exigiram agentes mais apaixonados pela CPT, sua missão, seu trabalho.” Os trabalhadores ainda afirmaram que a CPT hoje é tão ou mais importante do que quando foi fundada e que o seu lugar é junto aos trabalhadores.

Os acentos

No I Congresso alguns pontos foram acentuados de forma marcante. O primeiro grande acento foi o de reafirmar a terra como espaço de vida, não simplesmente como espaço restrito a uma área de produção. É o espaço onde se constrói a família e a comunidade, onde se forja a identidade camponesa. Por isso uma das conclusões foi a de que a CPT deveria ter como ação prioritária a luta pelo resgate da liberdade da terra, aprisionada aos interesses de uns poucos.

Outro acento do I Congresso foi com relação à água. Água vista como um direito natural e inalienável, como dom de Deus. Por isto não poderia ser reduzida a mercadoria. O Congresso

decidiu que se deveria propor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) uma Campanha da Fraternidade que tratasse do tema água. O que se concretizou em 2004.

O terceiro grande acento se deu com relação aos direitos. O Congresso frisou que toda a pessoa humana é sujeito de direitos e que “a ausência de canais institucionais que garantam a vigência efetiva de direitos torna necessárias e legítimas as várias formas de luta direta, tal como a ocupação de terra.”

Um momento celebrativo

Uma característica do I Congresso foi ter sido um grande momento em que a vida, a história, as lutas e a caminhada do povo foram celebradas. Um grande espaço onde as experiências de vitórias conquistadas e de derrotas sofridas se transformaram em louvor, agradecimento e súplica ao Senhor da Vida e da História.

● Secretário nacional da CPT



Bom Jesus da Lapa, onde foi realizado o I Congresso da CPT

José Marcó

II CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Os verdadeiros protagonistas do campo

Em sua missão, a Comissão Pastoral da Terra reafirma a sua prática cotidiana de reforçar o protagonismo dos homens e mulheres do campo, através de uma presença solidária, mas também profética, afetiva e fraterna. Desde o início, a CPT respeitou e considerou quem foi responsável pela sua criação: os peões, posseiros, ribeirinhos, extrativistas, quebradeiras de coco, e muitos outros trabalhadores rurais. Para lembrar dos seus 30 anos de Fidelidade ao Deus dos pobres, a serviço dos povos da terra, a CPT, nesta edição do Pastoral da Terra, dá voz a este povo através da publicação de alguns depoimentos.

“A CPT, EU A VEJO COMO SE FOSSE UMA MÃE, A NOSSA MÃE. EU CHEGUEI, ESTAVA COMO CEGO, NO ESCURO, SEM ENXERGAR. NOS ENCONTROS, COMEÇARAM A ESCLARECER, A EXPLICAR, A MOSTRAR PORQUE AS COISAS ACONTECEM E COMO FAZER PRÁ MUDAR. ELES DÃO TODO CONHECIMENTO PRA NÓS PODERMOS CAMINHAR COM NOSSAS PRÓPRIAS PERNAS E RESOLVER AS COISAS. MAS ELES TAMBÉM ESTÃO JUNTOS, CUIDAM DE NÓS, ACOMPANHAM, TOMAM NOSSAS DORES E LUTAM POR NÓS, JUNTO COM A GENTE.”

José Rodrigues Mesquita, “Camaleão”, do Assentamento Piquiazal – Amapá. Ele também é líder do Movimento de Assentados do Amapá, desde sua fundação, e da CEB.

“A CPT É UMA PARCERIA QUE ESTÁ SEMPRE AO NOSSO LADO, NOS APOIANDO E INCENTIVANDO A BUSCA DE NOSSOS PRÓPRIOS CAMINHOS, RESPEITANDO NOSSA INDIVIDUALIDADE. QUANDO A CPT CHEGA NO ACAMPAMENTO ELA NOS TRAZ UM SINAL DE ESPERANÇA, RENOVANDO NOSSAS FORÇAS PARA CONTINUAR A LUTAR PELOS NOSSOS IDEAIS”.

Carlos Alberto Cesário (Carlinho), 46 anos, acampamento Santana, município de Itapuranga, Goiás. Há seis anos Carlinho está à espera de um pedaço de terra.

“A CPT FICA SEMPRE À FRENTE DE QUALQUER CONFLITO, QUALQUER PROBLEMA. TEM UM REPRESENTANTE AQUI EM FLORESTÓPOLIS QUE ORIENTA SOBRE O DIREITO DOS TRABALHADORES, E ISSO É IMPORTANTE PARA GENTE.”

Paulo Ferreira, 41 anos, assalariado rural canavieiro, de Florestópolis, Paraná.

“PRA NÓS, MULHERES DE AFUÁ, FOI UMA FORÇA MUITO GRANDE, PRA SAIR DE CASA E ENTRAR NA LUTA DO SINDICATO E DO MOVIMENTO DE MULHERES. SÓ DEUS MESMO PARA DAR A FORÇA DE ENFRENTAR TANTA COISA JUNTO COM NÓS. NÃO FAZEM SÓ O TRABALHO DE CPT, ELES NOS AJUDAM QUANDO ADOECEMOS, QUANDO MORRE ALGUÉM E EM TODA PRECISÃO. ELES ACONSELHAM EM TUDO. AS PESSOAS DA CPT COMPRAM AS BRIGAS JUNTO COM NÓS. SEI QUE POR CAUSA DISSO ELES TAMBÉM PERDEM O SOSSEGO E SOFREM PERSEGUIÇÃO E AMEAÇAS, IGUAL A GENTE. MAS EU TENHO MUITA FÉ EM DEUS QUE NÃO VAI ACONTECER NADA A ELES E A NÓS, PORQUÊ DEUS É MAIS FORTE E ELE É A NOSSA SEGURANÇA.”

Maria Aldeni Santiago da Silva, a “Socorro”, liderança sindical e do movimento de mulheres de Afuá, Pará. Animadora de CEB, ameaçada pelos patrões, por denunciar a violência e as mortes que ocorrem na região das Ilhas da foz do rio Amazonas.

“CONHECEMOS A CPT DESDE O ANO DE 1986. ESTA ENTIDADE É A PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO GRANDE NÚMERO DE ASSENTAMENTOS QUE EXISTEM NA NOSSA REGIÃO, PRINCIPALMENTE NO MUNICÍPIO DE GOIÁS, QUE CHEGA A 22. DEPOIS DO GRANDE TRABALHO DE APOIO À CONQUISTA DA TERRA, À LUTA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS, APOIOU E AJUDOU MUITO NA CRIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS, E HOJE OS RESULTADOS SÃO VISTOS POR TODOS. OUTRO TRABALHO QUE ESTÁ SENDO MUITO BOM É O MPA E O PROJETO DE RESGATE DAS SEMENTES CRIOULAS. A CPT FOI RESPONSÁVEL POR ISSO, HOJE OS AGRICULTORES ESTÃO MAIS ORGANIZADOS. HOJE NÓS, DO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, ESTAMOS DISTRIBUINDO MILHO CRIOULO PARA OUTROS LUGARES DO ESTADO. INCLUSIVE A CONAB ESTÁ COMPRANDO NOSSOS SEMENTES PARA DISTRIBUIR PARA OUTROS LUGARES. O NOSSO ASSENTAMENTO AGRADECE MUITO A PRESENÇA E O APOIO DA CPT.”

José Osmar e Divina foram assentados, há 6 anos, no Projeto de Assentamento Serra Dourada, município de Goiás.

MARCHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

Conquistas obtidas passo a passo

MARISTELA VITÓRIA

Doze mil trabalhadores e trabalhadoras rurais. Organizados sempre em três fileiras. Bandeiras em punho e mochilas nas costas. No primeiro dia de caminhada, 2 de maio, percorrem 16 quilômetros. E a Marcha Nacional pela Reforma Agrária – organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Via Campesina e Grito dos Excluídos – foi avançando. Depois de 15 dias, os 230 quilômetros que separam Goiânia de Brasília foram vencidos. Foi a caminhada da cidadania, do aprendizado e da solidariedade.

Durante a Marcha, nas reuniões realizadas entre a equipe de negociação dos movimentos e os representantes do governo, se percebe a resistência do governo em atender toda a pauta de reivindicações. Mas os trabalhadores não recuam e exigem que os compromissos assumidos pelo governo neste dois anos de mandato sejam cumpridos. As negociações continuam. No dia 17 de maio, enquanto

CPT Minas Gerais



os 12 mil camponeses e representantes dos movimentos sociais marcham pelas ruas de Brasília, passando pela embaixada dos Estados Unidos, pelo Congresso Nacional e os ministérios; Lula e seus ministros se reúnem com as organizações do campo. No final, parte da pauta é atendida e os

movimentos prometem continuar as mobilizações nos estados, pois entendem que esta é a única via para que a reforma agrária seja realizada no Brasil.

O governo se comprometeu em liberar recursos necessários para assentar 115 mil famílias este ano e, até

2006, o total de 400 mil previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária. Ele assumiu o compromisso de contratar 137 servidores para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e abrir concurso para 1.300 vagas. A reivindicação do MST era, no entanto, de 4 mil novos funcionários, para poder reestruturar e fortalecer o órgão.

Outro ponto de reivindicação colocado pela Marcha e aceito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foi a atualização do índice de produtividade das propriedades rurais, que são baseadas em dados de 1975. O governo prometeu divulgar o novo índice até junho. Ainda se acertou o aumento do teto de financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de 15 mil para 18 mil reais; e a definição de um crédito de recuperação de assentamentos de 6 mil reais por família. Será enviada ainda uma cesta básica por mês para cada uma das 120 mil famílias acampadas no país.

Presença da CPT

A CPT, uma das promotoras da Marcha, teve uma presença significativa. Representantes do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, Piauí, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais, Goiás, São Paulo participaram da caminhada, alguns fizeram toda ela. Da Coordenação Nacional, participaram, de alguns dias da caminhada, Isidoro Revers (Galego), José Batista, Isabel Cristina e Roberto Malvezzi, que fez parte do momento de formação, falando sobre o hidronegócio. Dom Tomás Balduino, presidente da CPT, falou no ato político, em Anápolis, no dia 5, e participou do encerramento em Brasília tendo estado presente na audiência com Lula. Antônio Canu-

to, secretário nacional da CPT, falou sobre a publicação Conflitos no Campo Brasil 2004 na rádio móvel, Vozes em Marcha. Veja, logo abaixo, depoimentos de alguns que participaram de toda a Marcha.

Paulo Henrique, coordenador da CPT Piauí.

A Marcha: “É difícil descrever de forma plena o significado da Marcha, porque ela se traduz em um momento de grandeza e riqueza, principalmente pelo fato de retomar a questão da reforma agrária. De ter

Maristela Vitória



colocado este tema na pauta, não só do governo, como da sociedade. Além disto, foi fundamental a troca de experiência e o momento de articulação dos movimentos sociais, no sentido de fortalecer a luta pela terra, a luta pela vida”.

Participação da CPT: “Nós promovemos dois momentos dentro da Marcha, mais específicos da CPT. No primeiro momento conseguimos reunir Piauí, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. No segundo, conseguimos agregar mais estados, como Minas Gerais e Ceará. A CPT teve uma participação muito boa no sentido da divulgação, da presença da Coordenação Nacional.

A CPT foi muito citada, inclusive

por outros intelectuais que contribuíram no processo de formação, e em todo momento que se falou no processo de criação do MST, se destacou a importância e o significado da CPT, bem como o seu trabalho, não só no que diz respeito ao acompanhamento dos trabalhadores, mas também ao livro de conflitos que é lançado anualmente.”

Maristela Vitória



Frei Pilato Pereira, CPT Rio Grande do Sul, região de Santa Maria.

A Marcha: “Para mim a Marcha foi um fato extraordinário dos últi-

Maristela Vitória



mos anos no Brasil. O olhar, de quem participou, como nós, é diferente de quem está lá fora. Mas ela chamou bastante atenção da sociedade para o problema específico que é a reforma agrária e para outras questões que todos defendemos”.

Participação da CPT: “Eu acho que a participação da CPT ajudou a Marcha a ter mais visibilidade, a ter mais peso, fortaleceu mais.”

Irmã Leonora Bruneto, CPT Mato Grosso.

A Marcha: “Eu a vejo como um sacrifício em favor deste povo, que quer trabalhar na terra, que quer ir para a terra. E não só isto, mas também para haver mudanças na sociedade. É uma luta, nós temos que conscientizar o povo. A população precisa acordar para a reforma agrária, perceber que é preciso ir para a rua.”

Participação da CPT: “Achei muito importante, porque a CPT é articuladora dos movimentos, e foi a partir dela que surgiu o MST. A presença dela é importante. Na Marcha também percebemos que muitas pessoas que são do MST, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) ou de outros movimentos também são da CPT ou passaram por ela. A

maioria das lideranças partiu daí.”

Maristela Vitória



Maria Ne-cilda Firmino dos Santos, CPT Ceará, diocese de Iguacu.

A Marcha: “A Marcha em si foi uma escola muito boa, eu fico pen-

sando, quem que conseguiria reunir todo este povo para uma escola de formação de 17 dias intensivos? Nós tivemos o momento de estudo todos os dias, mas não é só isto, é desde você estar convivendo com 12 mil pessoas, na solidariedade, dormindo e comendo juntos. E foi tudo muito organizado no acampamento. Esta escola forma cidadãos e cidadãs, não tem nada que supere estes 17 dias, cada passo que demos aqui foi sagrado.”

Participação da CPT: “A luta pela reforma agrária não é uma luta só do MST. Aliás, o MST teve sua origem na CPT, que apóia a luta pela terra, pela reforma agrária e justiça no campo há muitos anos. A presença da CPT confirma cada vez mais esta luta. Nós percebemos que o MST reconhece isto, eles falam. Agora, há a necessidade de nos encontrarmos um pouco mais, porque nós não construímos isto do jeito que queríamos. Mas a presença foi boa, que confirma a nossa caminhada, a gente tem que chegar na terra juntos.”

● Assessora de comunicação da CPT Nacional

MARCHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

A tenda da presença de Deus

MARISTELA VITÓRIA

Maristela Vitória

A caminhada do povo israelita, do Egito para a Terra Prometida, foi cheia de dificuldades. Mas em todo o momento, Deus revelou seu cuidado para com seu povo. E o povo buscava Deus, para alimentar sua esperança e fortalecer a fé. E uma forma encontrada, foi a construção no deserto da Tenda da Presença de Deus. Feita com todo o esmero e dedicação.

Na Marcha Nacional pela Reforma Agrária – Brasília a Goiânia, realizada do dia 1º a 17 de maio, a presença de Deus se fez através da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Duas tendas foram levantadas: uma da acolhida, onde o grupo de religiosos que participou da marcha ficou e acolheu outras pessoas sem lugar; e a da palavra e encontro, aberta para quem quisesse ter seus momentos de espiritualidade. Diariamente foram realizadas místicas, leituras bíblicas e reflexões sobre a presença solidária, o cuidado com a terra e o compromisso com a vida.

Cerca de 100 religiosos participaram da caminhada, destes, 40 fizeram toda a Marcha. Os religiosos, segundo Irmã Eurides Alves de Oliveira, da diretoria da CRB Nacional, sempre estiveram presentes na luta por justiça, na defesa da dignidade e da vida. “E neste Brasil afora, muitos e muitas religiosas marcam presença nos assentamentos, nas assessorias, na formação da consciência e dos direitos e da cidadania. E muitos são perseguidos e até mortos, como o caso da Irmã Dorothy”, relata.

Nas pegadas de Cristo

Para Irmã Leonora Brunetto, da CPT Mato Grosso, que participou de toda a Marcha, a presença dos religiosos entre os trabalhadores rurais é uma demonstração daquilo que Jesus Cristo fez. “Quando entendemos o evangelho, o que Jesus fez, aí participamos com o povo, para que ele tenha o direito à dignidade e possa possuir a terra para sobreviver. É muito importante o povo sentir essa presença e ter o apoio”, destaca.

Para Irmã Patrícia Licandro, presidente da CRB-Goiás, a participação dos religiosos na Marcha foi discreta e muito significativa. “Caminhamos ao lado do povo. Participamos de cada momento que a Marcha proporcionou de formação, foi uma presença de ajuda mútua com o povo, que aproveitou



para conversar, para visitar a tenda da palavra. Nós visitamos cada brigada. A nossa tenda acolheu pessoas que não tinham onde ficar: dois andarilhos, alguns estrangeiros, pessoal da imprensa.”

Segundo Irmã Leonora é triste constatar que a luta pela terra não tem tido avanços: “Houve uma parada depois que este governo assumiu, então é preciso que o povo assuma seu poder dentro da nação”. E nesta luta pela reforma agrária, irmã Eurides explica que os religiosos possuem o compromisso solidário com os camponeses. “Nosso Deus é o Deus dos que caminham, dos que lutam, e dos que apostam na conquista da terra prometida”, destaca.

Na luta pela terra os obstáculos são grandes. De acordo com Irmã Patrícia, boa parte dos camponeses são simples, e muitas vezes não conseguem segurar os ataques do governo e dos políticos. “Acredito que quem está na Igreja tem mais recursos, sejam culturais, de informação; e tem a obrigação de caminhar ao lado e segurar, ser como um escudo para que a primeira pancada chegue à gente, para que o povo possa caminhar mais tranquilo”, completa.

Marcha dos milhares

A Marcha, segundo as religiosas, foi uma iniciativa belíssima. Para Irmã Eurides, ela causou um grande impacto na sociedade, ao mesmo tempo em que foi um marco na luta dos movimentos sociais do campo. “Acredito que o presidente (Lula) não pode fechar os olhos e não perceber que o povo simples sabe se organizar, sabe provocar uma resposta, se for necessária. Ele está exigindo que os direitos sejam respeitados”, acrescenta Irmã Patrícia. E o sonho de ver o povo tendo terra precisa avançar e se tornar realidade, transformando o Brasil das desigualdades, no Brasil da justiça social.

● Assessora de comunicação da CPT Nacional

PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

Toma posse novo bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia

No dia 1º de maio tomou posse o novo bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Leonardo Ulrich Steiner, em substituição a Dom Pedro Casaldáliga. As comunidades da região, muitos amigos da Prelazia ou do novo bispo e vários bispos se fizeram presentes à celebração da posse. Canuto, que durante 26 anos foi agente de pastoral da Prelazia, registrou suas reflexões em carta endereçada ao novo bispo.

Leonardo, irmão

Depois de dois bons atoleiros e de quase trinta horas de viagem chegamos em Goiânia, às 5 horas da madrugada, da terça-feira (3 de maio). Durante estas longas horas fui remoendo o que vivemos no domingo, sobretudo a celebração de sua posse como bispo de São Félix do Araguaia e achei que devia partilhar com você o que eu refletia pelo caminho. É a primeira coisa que faço depois de descansar.

Em primeiro lugar é assim que vou chamá-lo, Leonardo. Assim muitos o chamarão. Porque você sabe bem melhor do que eu, que o “dom” que se acrescenta ao nome do bispo, vem de dominus e o bispo não deve ser nenhum senhor, mas um irmão, um companheiro, um amigo que ajuda a confirmar na fé seus irmãos. Infelizmente muitos dos nossos bispos agem como verdadeiros senhores e se julgam donos da verdade e não escutam nem seu presbitério, muito menos seu povo. Esquecem que Deus se revela nos pequenos e humildes e esconde seus desígnios dos grandes e poderosos. Se alguém, devido ao costume introduzido na Igreja em tempos

Giba - CIMI



Dom Pedro passa o anel de tucum a Dom Leonardo

em que o senhorio e o poder falavam mais alto que a fraternidade ainda o chamarem de “dom”, que você o aceite como sendo um chamado para ser o dom de Deus ao povo sofrido desta terra.

Foi muito bom ter estado na celebração de tomada de posse. O calor humano que se sentiu, os apelos para que a vida e a realidade do povo estejam muito presentes no ministério e nas preocupações do novo bispo foram marcantes. Mas o que mais me sensibilizou foi saber o porque do Leonardo. Acho que a escolha de um nome mais popular e acessível o aproxima mais do povo. Gostei mesmo deste gesto.

Também gostei de ver que você não usou nenhuma insígnia episcopal, apesar da maior parte dos bispos usarem o solidéu. Com isto eu vejo seu respeito para com Pedro, que nunca fez uso de qualquer distintivo que o diferenciava do seu povo e nem por isto seu ministério episcopal ficou diminuído, antes, acho, engrandecido.

As únicas insígnias que devem diferenciar o bispo são o seu serviço ao povo, prioritariamente aos pobres, sua preocupação com a justiça, o sentir-se solidário com os pequenos, a busca da fidelidade constante ao evangelho. Eu sempre digo,

quando tenho oportunidade, que a única coroa que Jesus usou foi a de espinhos. O que a Igreja acabou assimilando durante a história, de distintivos e insígnias, nada tem de evangélico, antes representam um distanciamento da real fraternidade que Ele quis. Estas insígnias foram demarcando o campo da hierarquia, diferente, afastada, distante do povo. E muitos ainda insistem em afirmar que foi Ele quem estabeleceu esta diferença.

Também gostei das suas palavras. As razões de nossa esperança que estão no ventre grávido da mulher, no vagido de uma criança, na criança chupando o peito da mãe. As mulheres são as que sustentam grande parte de nossas comunidades, que mantêm viva a fé de muitos. E ainda se teima em não querer incorporá-las aos serviços ministeriais, em lhes pedir somente serviços subalternos.

A cruz é também a outra grande razão de nossa esperança, você lembrou. De fato aí estão os grandes motivos para continuarmos firmes na luta, para não perdermos a esperança, porque a vida é mais forte, ela suplanta a morte. Mesmo quando parece indicar derrota, como a condenação à morte, daí é que explode a vida com uma

intensidade que nenhuma vida vivida tem. Eu senti e vivi isto com muita clareza em duas ocasiões: quando mataram Pe. Josimo, e agora recentemente, com o assassinato de Ir. Dorothy. A ação frágil e quase isolada deles, com a morte ganhou as dimensões do mundo e da história. Esta ação se multiplicou e é capaz de fazer a história dar saltos impressionantes.

Também acho que você foi muito feliz ao afirmar que Pedro foi uma pedra no caminho de muitos, mas sobretudo foi a pedra de alicerce para muitos e muitas. Você recebeu uma igreja que tem uma herança muito grande. Eu, quando estava aí, ainda nos anos 70, numa região muito mais isolada do que hoje, com uma população que não representava, acho nem 20% da atual, sentia que nossa ação tinha uma dimensão muito maior, que ultrapassava os limites territoriais da região, alcançando o Brasil e o mundo.

Ainda hoje a Prelazia de São Félix do Araguaia é referência para muitos cristãos e cristãs do mundo inteiro que vêem, na vida desta igreja, os sinais de uma verdadeira igreja, voltada para os pequenos, não muito preocupada consigo mesma, mas grandemente preocupada com o Reino de Deus e com seu povo. Por isto a presença de gente de vários lugares do Brasil, porque ainda querem continuar tendo em São Félix do Araguaia esta referência de Igreja que coloca a fidelidade ao Evangelho e ao povo acima de qualquer outra ordem, seja eclesial ou profana. Em Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo muitos se afirmam Prelazia de São Félix. O mesmo acontece também em Madri, Barcelona e Milão, na Guatemala, em El Salvador, Nicarágua, México. A Prelazia ainda é vista como um sinal de que a Igreja ainda tem sentido. Por isso eu desejo que você também seja pedra firme no caminho dos que exploram o povo, mas alicerce estável e forte sobre o qual vai se construindo o verdadeiro templo de Deus entre o povo.

Era isso que eu quis partilhar com você, ainda no calor da grande festa da tomada de posse.

**Seu irmão
Canuto**

IRMÃ DOROTHY STANG

O assassinato e a luta contra a impunidade

JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO

Três tiros, disparados pelo pistoleiro Rayfran das Neves, ceifaram a vida da missionária Dorothy Stang, na manhã do dia 12 de fevereiro de 2005, no interior do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança (PDS Esperança), a 50 quilômetros da cidade de Anapu. Os tiros interromperam a vida de Dorothy aos 73 anos, dos quais, 40 dedicados à causa dos camponeses da PA 150 e da Transamazônica, na dura luta pela reforma agrária e a defesa da floresta Amazônica.

Anapu, cidade localizada à margem da rodovia Transamazônica, onde Dorothy dedicou parte de sua vida em favor da causa dos camponeses, é um município conhecido pela ação violenta dos madeireiros e grileiros. Atualmente, concentram-se na cidade cerca de 25 serrarias, que se deslocaram para a região em função do esgotamento das reservas madeiras no sul e sudeste do Pará e devido a incentivos fiscais oferecidos pelo governo “a quem desbravasse as florestas localizadas às margens da Transamazônica”.

Para executar o crime, Raifran contou com a ajuda do pistoleiro Clodoaldo Batista (Eduardo), ambos contratados pelo intermediário Amair Feijoli da Cunha (Tato), tendo como acusados de encomendar o crime os fazendeiros Vitalmiro Bastos de Moura, o “Bida”, e Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”.

Não era um caso isolado

Desde o momento do crime, a CPT, a Prelazia do Xingu e as demais entidades que acompanham as lutas dos trabalhadores rurais na região tinham certeza que a morte de Dorothy não era um caso isolado; mas, resultado de uma ação criminosa, planejada por um grupo de fazendeiros, grileiros e madeireiros, que buscava, a todo custo, se apossar de forma ilegal das terras ocupadas pelos camponeses, apoiados pela missionária. No cenário, se configuram dois modelos de uso da terra e uso dos recursos naturais. De um lado, a tradicional lógica de exploração, que sempre norteou o “desenvolvimento” na Amazônia, onde os recursos são retirados sem nenhum plano sustentável e a custo da violência e do empobrecimento da população local. De outro, o modelo pautado na valorização

dos recursos naturais e a sua utilização de forma sustentável.

Calejados pela triste experiência de tantos crimes impunes já ocorridos no Pará, devido à atuação parcial e as fortes ligações da polícia e da Justiça paraense com os latifundiários, as entidades exigiram, desde o início das investigações, a entrada da Polícia Federal no caso e que o procurador da República encaminhasse, de imediato, o pedido de federalização do processo.

Devido à forte pressão da imprensa nacional e internacional e questionada pela entrada da Polícia Federal no caso, a Polícia Civil do Estado, por determinação do governador, tomou a frente das investigações e quis logo mostrar resultados. No entanto, a atuação da Polícia Civil, mais uma vez, revelou claramente sua intenção: criminalizar os trabalhadores e favorecer os fazendeiros.

O delegado de Anapu, Marcelo Ferreira de Sousa Luz, esteve à frente das investigações. Ele sempre se negou a investigar as inúmeras denúncias feitas por Dorothy e pelos trabalhadores dos PDSs sobre a presença de pistoleiros armados na área e as expulsões violentas das famílias. O delegado não só se negava a investigar as denúncias, como também sempre demonstrava sua estreita ligação com os fazendeiros que planejavam a morte da missionária.

Contradições

Em seu primeiro depoimento à Polícia Civil, Raifran acusou Francisco de Assis, o Chiquinho, de ter mandado matar Dorothy. A Polícia, de imediato, divulgou a informação à imprensa. O estranho nessas informações, é que o pistoleiro nem conhecia Chiquinho. No dia anterior ao depoimento, na delegacia de Anapu, a testemunha Geraldo Magela, que localizou o pistoleiro andando pela Transamazônica, ouviu uma conversa de policiais civis de Anapu com o pistoleiro, fazendo referência ao nome de Chiquinho. A versão mentirosa do pistoleiro foi desmontada em depoimento à Polícia Federal no mesmo dia.

Logo após a morte de Dorothy, dois trabalhadores foram assassinados na região: Adalberto Xavier Leal, o Cabeludo, assassinado no PDS Esperança, e Cláudio Dantas Muniz, o Matogrosso, assassinado na gleba Mandacuari. No caso de Ca-

beludo, a Polícia Civil de Anapu acusou imediatamente os trabalhadores ligados a Irmã Dorothy de serem os autores do crime. Desde então, centrou todos os esforços no sentido de criminalizá-los.

Como prova da má fé do delegado, o caso de Matogrosso foi colocado em segundo plano. Após muita pressão e esforço dos trabalhadores em reunir provas e testemunhas, o delegado foi obrigado, com base no depoimento prestado pela própria viúva, a prender o pistoleiro conhecido como Chapeuzinho, acusado do crime. Porém, poucos dias após a prisão, o delegado Marcelo Luz esteve na residência da viúva e a obrigou a assinar duas folhas em branco, que foram utilizadas para forjar um depoimento em que a viúva inocentava o pistoleiro. Ele foi solto logo depois. Há indícios de que o pistoleiro pagou dois mil reais ao delegado pela liberdade.

O mesmo delegado foi denunciado pelo fazendeiro Bida, através de um bilhete, de ter recebido 10 mil reais para proteger as terras de fazendeiros da região contra possíveis ocupações. Em razão disso, segundo informações da imprensa, responde a processo administrativo. Para evidenciar ainda mais o seu interesse em prejudicar o andamento do caso Dorothy, o delegado requereu a prisão preventiva de Geraldo Magela, uma das principais testemunhas do processo e de outros trabalhadores e lideranças do PDS Esperança, ameaçados pelos fazendeiros.

O delegado ainda conseguiu que o juiz de Pacajá expedisse mandados de prisão com simples nome e apelidos, sem sobrenome, desta forma poderia escolher a pessoa que iria prender. Assim, foi possível deter o colono do PDS Luis Morais de Brito, pai de sete filhos, vítima de Tato e Bida, que foi expulso de seu lote e teve a sua casa derrubada e queimada por Raifran, Eduardo e Tato. Luiz reiteradamente fazia ocorrências de ameaças que sofria por parte dos pistoleiros e grileiros na delegacia de Anapu e o delegado nada fez.

A atuação da Polícia Federal foi decisiva para a elucidação do crime e prisão dos fazendeiros. Outras investigações ainda estão em curso e devem trazer elementos novos que provem que os fazendeiros fazem parte de uma quadrilha envolvida em vários crimes.

Federalização emperrada

Contrariando os interesses dos governos estadual e federal, o procurador da República, Cláudio Fonteles, requereu ao STJ a federalização do caso. A decisão do procurador provocou a ira do Governo do Estado, do Tribunal de Justiça do Pará, da Associação de Juizes e do Ministério Público do Estado. Desagradou também autoridade federal contrária à proposta. Passados quatro meses, o STJ não decidiu ainda a questão, mesmo frente a uma campanha forte das entidades de direitos humanos nacionais e internacionais pela imediata federalização.

Preocupados com os prejuízos políticos causados por uma possível federalização, as autoridades do Judiciário e do Executivo paraense, passaram a fazer pressão forte junto ao STJ pela não federalização, exigiram prioridade máxima para o juiz que cuida do processo e anunciaram que levariam os acusados a júri em seis meses. Em três meses, todos os acusados foram interrogados, todas as testemunhas da acusação e da defesa foram ouvidas. Um recorde do Judiciário paraense, que tem levado em média, 10 a 15 anos para concluir um processo em que fazendeiros são acusados por assassinar trabalhadores ou lideranças na disputa pela terra.

O processo entra agora em sua fase final: alegações, pronúncia, desaforamento e tribunal do júri. No entanto, passível de vários recursos por parte da defesa. O que poderá levar meses ou anos para serem julgados. Não há uma previsão para uma condenação final.

Conhecendo o comportamento tendencioso da Justiça paraense, já demonstrado em outros processos, como no caso do massacre de Eldorado, a sociedade precisa se manter mobilizada e fazendo a pressão necessária para que, de fato, os assassinos de Irmã Dorothy sejam condenados e cumpram a pena atrás das grades. A impunidade não pode prevalecer, a justiça terá que ser feita!

● Advogado e membro da Coordenação Nacional da CPT. Colaboraram: Jakson, Rosilene, Regina e Luciana.

CULTURA

TOMBARAM CINCO SEM-TERRA,
MAS NÓS SEGUIMOS EM FRENTE!

a história se repete
com tamanha insistência,
chacina e violência
à justiça julgar compete.
o mandante que a comete
fria e covardemente,
um tipo que não é gente
mais parece a besta-fera.
tombaram cinco sem terra,
mas nós seguimos em frente!

a manhã corria mansa
calma e ensolarada,
uns tratando a bicharada,
o alarido das crianças.
vozes na vizinhança
num sábado de sol quente,
quando não mais que de repente
o tiro que ninguém espera.
tombaram cinco sem terra,
mas nós seguimos em frente!

eram muitos pistoleiros
incluindo o mandante,
sem dó seguiram adiante
atirando por inteiro.
a morte espalhou o seu cheiro
a dita cuja é inclemente,
vida e morte são indiferentes
ante a estupidez que impera.
tombaram cinco sem terra,
mas nós seguimos em frente!



lá se foram Iraguiar,
Miguel, Francisco, Joaquim,
Juvenal teve o mesmo fim,
onde tudo isso vai parar?
quem matou e mandou matar
vai ficar impunemente,
ou desta vez vai ser diferente?
pois ninguém mais tolera.
tombaram cinco sem terra,
mas nós seguimos em frente!

depois dos corpos caídos
entre balaço e açoite,
o acampamento virou noite
o rubro na terra foi tingido.
o pavor de rostos sofridos
na lona preta o luto presente,
com homens e mulheres valentes
erguendo um grito de guerra:
tombaram cinco sem terra,
mas nós seguimos em frente!

Pedro Munhoz

Em memória dos companheiros Iraguiar,
Miguel, Francisco, Joaquim e Juvenal;
assassinados no acampamento Terra
Prometida, na manhã de sábado (20/11/
2004), em Felisburgo, Minas Gerais

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil R\$ 10,00

☐ Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil,
Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116841-X, agência 1610-1.
Informações: canutocpt@cultura.com.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

IMPRESSO

VIA AÉREA